

Mulheres brasileiras na Covid-19



Giulia Lorenzini Nogueira

Envelhecer evoca vivências e sentidos que diferem substancialmente conforme gênero. Envelhecer em meio a uma pandemia que saqueia a possibilidade da criação de projetos de vida minimamente próximos e a elaboração de perspectivas básicas de futuro, por sua vez, evoca realidades que parecem ser especialmente desafiadoras para as mulheres no Brasil. Como forma de ressaltar tais desafios este trabalho busca sintetizar o relatório “Sem parar: O trabalho e a vida das mulheres na pandemia” realizado em 2020 por Gênero e Número¹ e SOF Sempre-viva Organização Feminista². Tal pesquisa destaca a sobrecarga de trabalho doméstico e cuidado decorrente das medidas de isolamento social, entre as tantas dimensões de desigualdades evidenciadas na pandemia causada pelo novo coronavírus. Nesse sentido, teve o objetivo de conhecer as dimensões do trabalho e da vida de mulheres durante a pandemia.

Foi realizada em torno de eixos que tratam dos efeitos da crise e do isolamento social sobre o trabalho e a sustentação financeira, incluindo o trabalho doméstico e de cuidado realizado de maneira não remunerada, entre quatro

¹ Gênero e Número é uma *startup* focada na produção de jornalismo de dados sobre as questões de gênero, contando com a colaboração de jornalistas, programadores e designers de todo o Brasil. A equipe é principalmente composta por Giulliana Bianconi, Maria Martha Bruno, Marília Ferrari, Sanny Bertolodo, Natália Leão, Flávia Bozza Martins, Lola Ferreira, Vitória Régia da Silva e Rafaela Manhães.

² SOF Sempre-viva Organização Feminista é uma organização não governamental que há mais de 30 anos elabora suas estratégias de atuação com base no trinômio Movimento Social, Transformação e Feminismo. A diretoria (maio 2019-maio 2021) é composta por Marilane Oliveira, Sonia Maria dos Santos, Maria Luiza da Costa, Vera Lúcia Ubaldino, Maria Elizabeth Reis e Selma Aparecida Gomes.

paredes. Os resultados obtidos demonstram que as dinâmicas cotidianas das mulheres desafiaram o discurso corrente, em oposição às recomendações de isolamento, de que “a economia não poderia parar”. Trabalhos de cuidado, frequentemente invisibilizados pelo mercado e essenciais para a sustentabilidade da vida, não só não pararam, e nem poderiam parar, como foram intensificados na pandemia. Ademais, o relatório escancara como raça, classe e lugar de moradia marcam a diversidade das experiências das mulheres durante a Covid-19.



As autoras esperam que os resultados inspirem “novas investigações que coloquem a sustentabilidade da vida no centro, condição para construir igualdade” (GÊNERO E NÚMERO; SOF, 2020). Orientada pela economia feminista e pelos estudos feministas sobre trabalho, a pesquisa que resultou no relatório em questão foi realizada por meio de um questionário online composto por 52 perguntas fechadas e divididas em oito blocos: levantamento de perfil das entrevistadas; composição domiciliar durante a pandemia; percepções sobre a pandemia; trabalho doméstico em geral e durante a pandemia; responsabilidade com o cuidado alheio direto e mudanças na pandemia; violência doméstica e sentimentos e emoções vividos durante o período. A coleta de dados se deu entre abril e maio de 2020, totalizando 2.641 respostas. Variáveis específicas foram criadas para que a amostra fosse representativa para o Brasil e a técnica de amostragem utilizada se baseia na probabilidade de inclusão na amostra, isto é, o quanto uma pessoa realmente representa o grupo ao qual pertence.

Quanto ao perfil das participantes, a maioria vive em meio urbano (85%), é trabalhadora e responsável por, ao menos, 50% da renda familiar. 80% delas recebem até 2 salários mínimos, sendo que menos de 10% recebem mais que 5 salários mínimos. Número expressivo de mulheres divide a casa com companheiro(s) (30,7%) ou com familiares adultos (25%). Ademais, as entrevistadas abrangem todas as faixas etárias, entre 15 e 89 anos, sendo 41 anos de idade a média. Enquanto indígenas e amarelas têm representação baixíssima (1%), negras e brancas têm representatividade expressiva e equilibrada na amostra. Metade das mulheres, tanto brancas quanto negras, tem acesso a alguma forma de benefício social ou transferência de renda, não necessariamente vinculada a auxílios emergenciais pandêmicos.

No que diz respeito à escolaridade, boa parte afirma ter Ensino Superior Completo. Já em termos de moradia, a maioria das participantes vive por

aluguel ou têm casa própria. Ainda assim, quantidade alarmante não tem onde morar ou compartilha cômodos em situação precária, tornando ainda mais crítica qualquer leitura sobre a condição de vida durante a pandemia. Quanto à orientação sexual, a maioria é heterossexual (83%), sendo que bissexuais constituem 12% e homossexuais 5%. Além disso, 2% das entrevistadas é de mulheres com deficiência.

Foi revelado que, em média, 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém na pandemia. No caso das mulheres rurais, a porcentagem sobe para 62%. Entre negras, sobe para 52%; entre brancas, baixa para 46%; entre indígenas ou amarelas, se equipara à média total. Das mulheres responsáveis pelo cuidado direto de crianças, pessoas idosas ou com deficiência, a maioria apontou para o aumento expressivo da necessidade de monitoramento e companhia. Indígenas e amarelas foram mulheres que mais afirmaram ter aumentado ou aumentado muito a demanda por este tipo de trabalho, sendo seguidas gradativamente pelas brancas e pelas negras.

A pesquisa também aponta que a crise afetou todas as casas de mulheres trabalhadoras, inclusive das privilegiadas brancas, jovens, urbanas e com ensino superior completo. 41% das mulheres que seguiram trabalhando com manutenção dos salários afirmaram o aumento da demanda de trabalho durante a quarentena. Jornadas de trabalho estendidas pela transição de atividades presenciais para remotas, somadas à sobrecarga de tarefas domésticas, decorrentes da impossibilidade de pagar pela prestação de serviços e da desigualdade na distribuição de fazeres domésticos conforme gênero são vivências comuns desta parcela específica. Por outro lado, 40% das mulheres afirmaram que a situação colocou a sustentação da casa em risco. Dentre elas, a maioria é negra e a principal dificuldade apontada foi o pagamento de contas básicas ou aluguel. Já dentre as mulheres que cursaram até o Ensino Médio, a maior preocupação foi o acesso a alimentos.

Das desempregadas durante a pandemia, 58% são negras. O número, além de escancarar o aumento crescente da desigualdade nas taxas de ocupação conforme raça reflete a condição histórica no Brasil de as mulheres negras serem as mais expostas a vulnerabilidades sociais (incluindo, mas não se resumindo ao desemprego). Além disso, 61% das mulheres que trabalham pela economia solidária são negras.

Se estão na base da pirâmide social, pressionadas pela estrutura que as desafia na conquista do direito à renda, as mulheres negras que trabalham por conta própria têm estratégias de cooperação mais presentes no seu dia a dia. Elas são a maioria, em relação às brancas, entre as que veem a produção e a distribuição como processos a serem compartilhados (p. 16).

Enquanto 91% das entrevistadas acham que os casos de violência doméstica aumentaram, ou se intensificaram durante o período pandêmico, apenas 8,4% afirmaram ter sofrido alguma forma de violência pessoalmente no isolamento

social. Os números aumentam entre as mulheres com baixa renda e com expressividade específica entre negras, especialmente com relação às seguintes queixas: trancamento em casa, espancamentos e demais agressões físicas persistentes, através de marcas ou cortes e quebra proposital de objetos pessoais.

Especificamente no primeiro capítulo do relatório, as autoras resgatam alguns dos números já abordados ao refletirem sobre “Trabalho e impactos da pandemia na sustentação das casas”. Afirmam que 16% do total de entrevistadas estavam em casa, sem trabalho remunerado, no momento da coleta de dados. Outro impacto imediato da crise sobre a renda familiar é que, independentemente do tipo de atividade realizada e das relações de trabalho estabelecidas antes da pandemia, a alta percepção de riscos é generalizada. No início do isolamento social, 40% das participantes (maioria negra) apontaram a possibilidade de gastos essenciais não serem cobertos durante o período pandêmico. Comentários deixados ao final da pesquisa apontam para a importância de se recordar que, embora várias das participantes estivessem trabalhando em casa, sua renda havia diminuído consideravelmente.

Abordando diferenças entre mulheres em contextos rurais e urbanos, os dados indicam que o risco na sustentação da casa, durante a pandemia, foi maior e mais imediato entre as primeiras: 57% delas afirmaram verem risco estrutural. No caso da falta de renda, embora ambos os grupos afirmassem a grande dificuldade em pagar contas básicas, a preocupação de pagamento de aluguel foi comum entre as urbanas e pouquíssimas consideradas entre as rurais. A alta do custo de manutenção das casas é outra dimensão abordada, ao revelar que a recente dificuldade financeira é apontada mesmo quando a situação de renda não se apresenta precária, ou obviamente ameaçada. O estado de atenção e tensão, desencadeado pelo cotidiano na espreita da impossibilidade de prosseguir a própria vida, é somado a uma rotina pandêmica sobrecarregada: a sobreposição de responsabilidades do trabalho remunerado e do trabalho doméstico e de cuidados foi apontada como dificuldade para o prosseguimento do primeiro por 61,5% das mulheres.

A maioria das entrevistadas havia declarado estar cumprindo o isolamento social. Entre as que responderam não estar, 38,6% justificaram que se parassem de trabalhar ficariam sem renda nenhuma, e 17,7% apontaram que o empregador proíbe a permanência em casa. Assim, se revela mais um impacto da pandemia sobre o trabalho realizado por mulheres. O alto risco de ser contaminada e/ou contaminar pessoas próximas significa também a possibilidade do aumento de custos com remédios ou tratamentos de saúde.

Refletindo sobre as intersecções entre situação de emprego e raça, é apresentado que 52,5% das que responderam estar empregadas são mulheres brancas, 45,5% são negras e 2% indígenas ou amarelas. As empregadas no setor público são de maioria negra e no setor informal, negras e brancas compartilham a mesma participação. Já as que trabalham por conta própria são de maioria branca. Mesmo assim, na economia solidária, um caminho possível rumo a autonomia financeira, a partir da articulação em rede e aqui

considerada uma modalidade do trabalho por conta própria, 61% das mulheres são negras. Entre as que se declararam donas de casa, 58% são negras, 40% brancas e 2% indígenas ou amarelas.

No segundo capítulo, “A responsabilidade com o cuidado é parte da vida das mulheres”, se buscou a compreensão de como o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado se reorganizou durante a pandemia. Dentre as mulheres responsáveis pelo cuidado alheio, 57% se responsabilizam por filhos de até 12 anos e 6,4% por outras crianças. Destas últimas, 60% são negras e este cuidado, para além do núcleo familiar, se refere tanto a membros da família estendida como a redes de cuidado formadas na vizinhança. Por outro lado, 27% das participantes são responsáveis por pessoas idosas e 3,5% por pessoas com deficiência. Além disso, 14% das entrevistadas consideram serem responsáveis também pelo cuidado de pessoas aparentemente independentes (adultos saudáveis e sem deficiência), desvelando dimensão frequentemente invisibilizada da organização do trabalho doméstico.

Se a divisão dos cuidados já era injusta no pré-pandemia, com a Covid-19 a situação se agravou ainda mais. Refletindo sobre possibilidades de divisão dessa responsabilidade entre as pessoas da família e equipamentos (públicos ou privados) externos ao núcleo familiar, redes de apoio ou contratação de trabalhadoras, se notou que 42% das mulheres responsáveis pelo cuidado alheio o fazem sem apoio extrafamiliar, sendo que 54% delas são negras. Em ressonância, 32,4% das entrevistadas encontram apoio para o cuidado entre parentes ou vizinhança, sendo que 55,5% destas são mulheres negras. Já o apoio ao cuidado ofertado por instituições é realidade para 15% das participantes, sendo que 56% destas são mulheres brancas. Durante o isolamento social, 51% das mulheres que antes contavam com algum apoio afirmam que este diminuiu. A interrupção do funcionamento presencial de creches e escolas é bastante apontada como fator de reconcentração dos cuidados nas casas.

Resgatando o dado apresentado anteriormente - de que metade das entrevistadas passou a cuidar de alguém durante a pandemia - se percebe que entre elas 80,6% cuidam de familiares, 24% de amigos e 11% de vizinhos. Ademais, é apontada uma maior responsabilização das mulheres rurais pelo cuidado de familiares ou vizinhança no período pandêmico: 62%. Uma reflexão sobre as dinâmicas entre urbano e rural aponta este último como reserva de cuidado, sendo possibilidade de acolhida em caso de desemprego na cidade, “além de aportar materialmente para o sustento das famílias no meio urbano, sobretudo com a doação de alimentos produzidos no campo” (p. 33).

As necessidades humanas satisfeitas pelo cuidado se entrelaçam com noções de atenção, disponibilidade de tempo e presença. Nesse sentido, são apontadas formas pelas quais as entrevistadas cuidam: 63% ligam e monitoram; 56,6% vão ao mercado ou à farmácia e 26% fazem companhia (elas poderiam, no questionário, apontar mais de uma opção). Os dados coletados indicam disparidade nas percepções sobre o aumento da frequência e intensidade das tarefas de cuidado de acordo com renda familiar das

entrevistadas. De modo geral, o auxílio as atividades educacionais é observado nas famílias com maior renda, em atividades como jogos, leituras e brincadeiras, que são mais observadas nas famílias com menor renda. Uma terceira dimensão desta questão é explicitada por comentário de uma das entrevistadas:

Acho que esta pandemia vai mostrar exatamente o que ocorre no quadro social já existente [...], pois enquanto a classe média posta em seus Instagram como divertir uma criança como aprender mexer com papel machê, fazer origami, receita de comida pra passar o tempo sem tédio há pessoas que não conseguem. Nem manter as coisas limpas, pois falta água sempre, não consegue acompanhar as aulas das crianças por não ter acesso a internet, nem computador em casa... (p. 34)

A pesquisa aponta que são muitas as tarefas que compõem o trabalho doméstico: preparar ou servir alimentos, lavar louça e limpar o domicílio são apontadas como as atividades que mais se intensificaram pela pandemia. Assim, entrelaçado ao fato de que as demandas aumentaram durante o isolamento social - principalmente entre as mulheres cuidadoras de idosos e/ou crianças de até 12 anos -, se pode concluir que “a responsabilidade pelo cuidado intensifica o ritmo do trabalho doméstico” (p. 35). Ademais, 35,7% das mulheres entrevistadas apontaram que são as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado em suas casas (lembrando que apenas 11% das entrevistadas moram sozinhas).

Demonstrando dinâmicas de reorganização desta modalidade de trabalho, 64% delas afirmaram que a distribuição das tarefas continuou a mesma, 23% avaliam que outras pessoas passaram a se encarregar menos e 13% apontam que a participação alheia aumentou. A percepção das mulheres que indicaram seguir todas as medidas de isolamento social também aponta para a intensificação do trabalho doméstico e de cuidado.

O aumento da sobrecarga das mulheres, por conta da pandemia, muitas vezes convive com a manutenção de tarefas já anteriormente distribuídas de forma desigual, considerando que a “intensificação e aumento da frequência de realização do trabalho doméstico e de cuidados não foram (em sua maioria) acompanhados por um aumento da participação de outras pessoas” (p. 39). Conforme uma das entrevistadas “embora o marido tenha consciência da necessidade de divisão do serviço doméstico, homem fica fazendo vista grossa para a sujeira e, em meu caso, muitas vezes acabo assumindo mais do que deveria” (p. 39).

Outra aponta que

é muito difícil escrever academicamente nesse período. Em casa estamos fazendo o possível dividindo tarefas, mas a carga é muito grande mesmo que para um casal. Continuar trabalhando, cumprindo prazos, limpar, cozinhar... Então realmente a situação está muito difícil (p. 41).

O terceiro capítulo “Relações, sentimentos e violência”, aborda a violência contra as mulheres durante a pandemia. Conforme previsto por diferentes entidades feministas e especialistas, ainda antes do avanço da pandemia, foi apontado o aumento dos casos em razão do confinamento imposto pelo isolamento social. Considerando que o Brasil é hoje um dos países com as maiores taxas de feminicídio do mundo, não é de se espantar que boa parte das brasileiras reconheçam no ambiente doméstico a presença de ciclos de violência silenciosa e cotidiana. “Aqueles que vivem com seus agressores, no contexto da pandemia, passam a ver reduzidas suas possibilidades de recorrer aos canais de denúncia e aos equipamentos públicos de acolhimento e proteção” (p. 42).

Nesse sentido, como já foi mencionado, 91,2% das entrevistadas afirmou acreditar no aumento ou na intensificação dos casos de violência doméstica durante a quarentena. Em contrapartida, apenas 8,4% delas apontam terem sofrido pessoalmente, percentual que aumenta entre mulheres com renda de até 1 salário mínimo (12,7%) e entre as que vivem em meio rural (11,7%).

No esforço de compreender e dar visibilidade à complexidade das dinâmicas de violência cotidiana que, frequentemente, impedem que mulheres possam reconhecer abusos sofridos, o questionário contava não apenas com uma pergunta direta acerca da vivência violenta durante a pandemia como também enumerava atitudes abusivas possivelmente cometidas por outrem, as quais as entrevistadas poderiam assinalar em múltipla escolha. 11% das mulheres participantes assinalaram pelo menos uma das condutas enumeradas, percentual maior do que o obtido quando perguntadas diretamente. Tais acontecimentos se vincularam à diferentes formas de controle, ameaças, desqualificações relacionadas ao trabalho doméstico e à maternidade. Em menor medida, foram apontadas as formas de violência física e sexual. Nesse sentido, enquanto as violências mais óbvias ocorreram em menor frequência, muitas das entrevistadas foram vítimas de espécies veladas de violência (psicológica, moral, social, etc). Exemplo dessa natureza é apontado na fala a seguir:

Eu cuido do meu pai, que tem 93 anos e está bastante debilitado. No entanto, repetindo uma atitude que ele teve ao longo da vida, ele é agressivo, egocêntrico e desrespeitoso muitas vezes. Não me sinto ameaçada fisicamente, mas isto não significa que o isolamento não favoreça uma violência de outra ordem, mas que é igualmente machista, autoritária e que mina as forças e energia. (p. 44)

A violência contra a mulher, enquanto processo que engendra relações de poder, estabelecidas entre homens e mulheres, é fenômeno composto por dimensões que se conjugam. Um grande alerta para essas conjugações é a frequência da desqualificação em relação ao trabalho doméstico e à maternidade durante a Covid-19, fenômeno relacionado às já mencionadas problemáticas: cargas intensificadas de trabalho no período; questões vinculadas com a sustentabilidade das casas; perdurar e aprofundar a desigualdade na distribuição das responsabilidades domésticas e de cuidado.

Outro dado levantado acerca das violências são os testemunhos, por parte das entrevistadas, de atos cometidos contra mulheres conhecidas. Nestas ocasiões, as participantes frequentemente reagiram denunciando o ocorrido. Tal dado pode felizmente indicar mudanças na lida coletiva com a violência doméstica: se antes o ditado machista “em briga de marido e mulher não se mete a colher” era inquestionável, hoje a violência patriarcal pode ser compreendida como um problema a ser enfrentado. Na mesma onda de enfrentamento, o relatório menciona campanhas de denúncia realizadas durante a pandemia por organizações como a das mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Refletindo sobre mudanças ocorridas nas relações afetivas durante a pandemia, 26% das participantes afirmam que o relacionamento, entre pessoas que compartilham o mesmo domicílio, melhorou. Já 27,3% consideram que novos conflitos surgiram e 11,3% apontam para a intensificação de conflitos preexistentes. Enquanto isso, 35,6% acredita que as relações permaneceram iguais. Mesmo assim, a pesquisa ressalta que o relato da experiência de manter contato permanente e contínuo com as pessoas, em razão de medidas de isolamento social, varia conforme seu tempo de duração. Por isso, os dados aqui apresentados não se apresentam, necessariamente, estáveis. De qualquer maneira, é relevante pontuar que alguns laços se fortaleceram durante a crise:

Meu filho veio se isolar comigo pra me cuidar. E foram momentos incríveis de troca, de amor, de cumplicidade e sim, de lavagem de roupas sujas também, mas numa atmosfera muito de empatia, amor e cumplicidade! Tenho esperança nesse momento caótico! Acredito na oportunidade que temos de reescrever as relações e uma nova maneira de viver! (p. 46)

O último bloco da pesquisa se centrou na percepção das formas como as mulheres se sentiram durante o período de pandemia. Enquanto 71% delas acreditam que os efeitos do isolamento social na saúde mental são sentidos de maneiras diferentes entre as pessoas próximas, 29% consideram que os efeitos são igualmente distribuídos. Neste momento, muitas delas apontam para as diferentes dificuldades emocionais enfrentadas dentro de uma mesma casa.

Sinto-me como se estivesse em uma guerra e que preciso ser forte pra passar por tudo isso. Minha esposa é grupo de risco e isso pesa bastante, porque preciso me preocupar duplamente. Não choro. Tenho lido e feito exercícios físicos, meditado, pois criei o objetivo de sair viva dessa pandemia e com uma boa saúde mental. Com muito esforço tenho conseguido que minha companheira faça o mesmo. Sinto que ela está mais abalada que eu. (p. 47)

Quando perguntadas sobre sentimentos próprios frente ao vírus, 30,9% das mulheres apontaram o medo do futuro como sentimento mais intenso.

Enquanto isso, 24,5% diz ter esperança apesar de estarem pouco confiantes. Algumas outras apontaram a solidão, a depressão, a angústia e a ansiedade.

Conversando sobre expectativas para o momento em que o vírus enfim se for, elas assinalaram a situação política por um lado: “A falta de apoio do governo federal mexe significativamente com meu estado mental” ou “Estou apavorada com a forma que os políticos estão lidando com a pandemia, minha cidade não parou, funcionando normalmente, morrendo de medo do que virá” e, por outro, inseguranças geradas por fatores econômicos - “Acho que não saber o que irá acontecer, nem como iremos manter o aluguel tira o sono, a paz... Não sei se, em dois meses, eu me mantenho e isso é desesperador”.

Ao mesmo tempo, surgem comentários sobre formas de organização para o enfrentamento coletivo do terror, como as estratégias de encontros virtuais. Sobre isso, as organizadoras do relatório comentam:

As experiências de contato, organização e solidariedade podem apontar caminhos e reforçar a esperança para a reconstrução da vida em comum. Entre tantas ações de solidariedade organizadas pelas organizações e movimentos sociais durante a pandemia, as mulheres e, especialmente, as mulheres negras se destacam como protagonistas. São ações de auto-organização popular que respondem à situação de precariedade vivenciada pela maioria da população. Distribuição de alimentos, confecção de máscaras e produção coletiva de sabão, distribuição de informações sobre a covid-19 e as formas de prevenção, alertas e redes de apoio para o enfrentamento à violência, todas estas podem ser compreendidas como formas ampliadas de cuidado, que as mulheres assumem como responsabilidade e colocam em movimento. (p. 49)

Finalizando com “Pistas para priorizar a sustentabilidade da vida na reorganização da economia”, é resgatado o processo de construção do relatório e feito balanço geral sobre a relevância dos materiais coletados. O cotidiano de vida e trabalho de mulheres, frequentemente marcado por sobrecarga e precariedade, é destacado como ponto fundamental para informar sobre as propostas políticas para recuperação econômica. As mulheres experimentam em seus próprios corpos a dissonância entre jornadas de trabalho super extensas, as dificuldades desencadeadas pela pobreza e responsabilidade total pelo cuidado alheio. Integrar tais dimensões é talvez o maior desafio para uma sociedade pós-pandemia preocupada com a sustentabilidade da vida. “Mais do que uma recuperação nos tradicionais indicadores econômicos é necessário uma reorganização da economia que persiga os objetivos de construção de igualdade e justiça social” (p. 51).

A dimensão revelada pelo encontro com mulheres rurais aponta para propostas políticas essenciais em tal reorganização econômica em favor da sustentabilidade da vida: a necessidade da garantia de condições para o plantio e, conseqüente, contribuição para a segurança alimentar, tanto no

campo como na cidade, e o reconhecimento das redes afetivas tecidas entre mulheres em meio rural e urbano no enfrentamento de desigualdades. Redes estas também tecidas entre mulheres negras e/ou pobres moradoras da cidade e em aliança na sustentação de vidas atravessadas por insuficiência de políticas públicas, bem como pela presença de precariedades e violência. Já os dados sobre violência doméstica apontam a íntima relação entre violências psicológicas e a manutenção da responsabilização das mulheres sobre os trabalhos que sustentam uma casa.

Por fim, se conclui que o ato de fazer visíveis os trabalhos domésticos e de cuidados, que estão na base da sustentabilidade da vida, necessita ter consequências políticas para além do reconhecimento. É necessária movimentação para que estes trabalhos passem a ser redistribuídos e valorizados. Para tal, seriam necessárias transformações estruturais, uma vez que a intensificação exagerada dos trabalhos mencionados, hoje se constitui como um dos pilares estruturantes da ordem neoliberal capitalista. Nesse sentido,

[...] não se trata apenas de uma negociação no interior de cada domicílio, muito menos de normalizar dinâmicas de terceirização e externalização, que reforçam a precariedade da vida e do trabalho de mulheres negras, deixando intactos e inquestionados os mecanismos de desresponsabilização do Estado, dos homens e do conjunto da sociedade com essas atividades que são essenciais para a sustentabilidade da vida. E, como a pesquisa demonstrou, não podem parar. (p. 52)

Referência

GÊNERO E NÚMERO; SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. 2020. Disponível em: <<http://mulheresnapandemia.sof.org.br>> Acesso em 18 de nov. de 2020.

Data de recebimento: 03/11/2021; Data de aceite: 15/12/2021

Giulia Lorenzini Nogueira - Artista independente, acompanhante terapêutica e graduanda em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
E-mail: giubicidades@gmail.com